

Debatedores divergem sobre regras para explorar pré-sal

Em painel na Comissão de Infraestrutura, especialistas questionam regime de partilha, defendido pelo governo. Diretor da Petrobras afirma que, mesmo com crescimento de energias alternativas, consumo de petróleo aumentará



À mesa, Marilda Rosado de Sá, Guilherme Estrella, Fernando Collor, Ivan Simões Filho, Edmar de Almeida e Júlio Bueno; Serys e Dornelles acompanham debate

O diretor de Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, ressaltou que as empresas terão que descobrir campos para produzir de 60 a 70 milhões de barris/dia a fim de atender ao consumo mundial de 100 milhões de barris/dia previsto para 2030. O geólogo Ivan Simões Filho criticou o regime de partilha e a operação única das jazidas pela Petrobras. A advogada Marilda Rosado de Sá apontou “ambivalências” no modelo de partilha. **2**

Senado envia nove projetos à sanção e 17 à Câmara **3**

Exame criminológico pode ser exigido para condicional **4**

Azeredo: Brasil perdeu controle sobre sua embaixada **7**



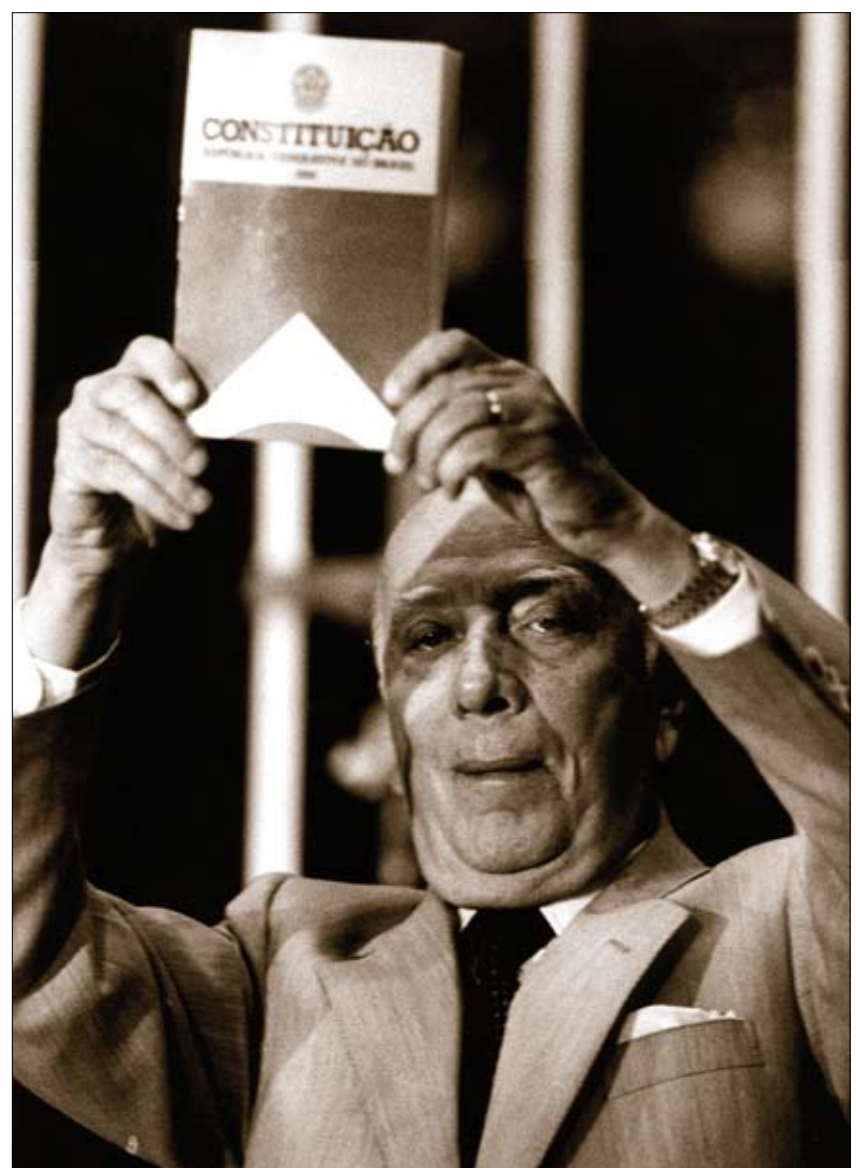
Para Sarney, Constituição deve ser “adaptada aos tempos modernos”

Sarney pede modernização no campo político

Primeiro presidente da República a jurar a Constituição de 1988, o senador José Sarney elogia os avanços nos direitos sociais, mas considera o texto da Carta um retrocesso nos campos político e administrativo. **7**

Constituição chega aos 21 anos com 58 emendas

“Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil.” Com essas palavras, pronunciadas em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, colocava em vigor a Constituição que ele próprio julgava imperfeita, por admitir a revisão que se realizaria cinco anos depois. Desde a revisão de 1993, a chamada Carta Cidadã foi emendada 58 vezes. Ainda com o objetivo de reformá-la, tramitam no Senado 384 propostas e na Câmara dos Deputados, 934. Quatro senadores que atuaram como constituintes afirmaram à Rádio Senado que a Constituição foi a base para a construção de um país mais democrático. Os maiores avanços, conforme destacaram, ocorreram nos chamados direitos sociais. **6**



Na sessão solene de 5 de outubro de 1988, Ulysses exibe um exemplar da Constituição

Diretor da Petrobras alega que escala de investimentos justifica posição da estatal como operadora única; outros participantes de audiência criticam poder excessivo

Debatedores divergem sobre exploração do pré-sal

A ESCALA DE investimentos e equipamentos exigidos pelo pré-sal justifica a importância da estatal como operadora única no projeto, argumentou ontem o diretor de Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, no primeiro painel realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para discutir o marco regulatório da nova fronteira petrolífera.

O encontro contou com a participação do geólogo Ivan Simões Filho, ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); do professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Edmar de Almeida; do secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Júlio Bueno; e da advogada Marilda Rosado de Sá.

O regime de partilha prevê a Petrobras como operadora única das áreas a serem exploradas com participação de terceiros nas licitações, das quais a estatal também poderá participar sem estar associada a outras empresas. O óleo a ser explorado será dividido em duas partes. A primeira, denominada "óleo custo", será usada para cobrir dispêndios em operação e estrutura de produção. A sobra, que constitui a segunda parte, é chamada de "óleo lucro" e vai ser objeto da licitação, que terá como vencedora a empresa

que oferecer maior participação à União nesse montante. A Petrobras será detentora de, no mínimo, 30%.

Investidores

O regime de partilha, no entanto, foi criticado por Ivan Simões Filho. Para ele, os investidores, que vão arcar com o risco dos empreendimentos, devem ter o poder de influenciar na forma como os investimentos serão gerenciados.

– O que nos preocupa no projeto é que a Petro-Sal tem 50% dos votos, com direito de veto e voto de qualidade, sem obrigação jurídica ou financeira. Ou seja, quem toma as decisões não precisa ouvir empresas consorciadas, não tem responsabilidade sobre tomadas de decisões, nem sempre vai avaliar os riscos inerentes – afirmou.

Simões criticou a operação única das jazidas pela Petrobras. Ele disse reconhecer a competência da estatal na exploração mundial de águas profundas, mas assinalou que esse esforço pode ser compensado com outras operadoras que teriam muito a contribuir nesse desafio.

Por sua vez, Marilda Rosado de Sá frisou que o Brasil precisa compartilhar a sua experiência na exploração de petróleo. Ela ressaltou que a ordem jurídica internacional leva em conta a

expectativa do investidor.

Na avaliação de Edmar de Almeida, nenhum regime de exploração é superior a outro, tendo em vista que as empresas exploradoras atuam em ambas as modalidades, que por sua vez apresentam vantagens e desvantagens específicas.

– O problema não é o regime de partilha ou de concessão – afirmou, explicando que o mais importante é a qualidade do ambiente jurídico e institucional.

Sinergia

Em resposta ao senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que perguntou se a Petrobras terá condições de participar de todos os consórcios para exploração do pré-sal, Estrella disse que haverá "sinergia" entre a estatal e os seus parceiros, e que não vislumbra a possibilidade futura de conflitos entre as propostas que comporão os poços.

Marilda Sá, por sua vez, afirmou que há "ambivalências" no projeto que propõe o modelo de partilha para a exploração do pré-sal, advertindo que qualquer incongruência não passará no controle de qualidade do Judiciário. Júlio Bueno, entretanto, disse entender que o controle estratégico previsto pelo Brasil na exploração do pré-sal encontra-se dentro da legislação atual.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: medidas provisórias trancam pauta

Às 14h, começa a sessão deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão: o PLV 14/09 (MP 464/09), que visa fomentar as exportações, e o PLV 15/09 (MP 465/09), que autoriza concessão de subvenção econômica ao BNDES.

Presidente recebe ministro da Pesca

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, na sala de audiências, o ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, acompanhado do subsecretário de Desenvolvimento do ministério, Karim Bacha. Às 16h, preside a ordem do dia

Distribuição de leite para filhos de mães com vírus da Aids

Com 13 itens na pauta, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, às 10h, projeto que estabelece distribuição gratuita de leite especial industrializado para filhos de portadoras do vírus da Aids. Serão examinados ainda proposta que prevê a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de medicamentos de uso contínuo e projeto determinando que a presença de fenilalanina em alimentos e medicamentos deve ser informada na bula dos produtos.

Comissão analisa emissões de gases do efeito estufa

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência pública, às 14h30, sobre "Inventário de emissões de gases de efeito estufa" e "Regulamentação do mercado de carbono", com a presença de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

CPI da Petrobras realiza audiência

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras se reúne para ouvir, às 14h, o engenheiro de Petróleo sênior Ilton José Rossetto Filho; o procurador da República Carlos Alberto de Aguiar; e o delegado federal responsável pela Operação Águas Profundas, Cláudio Nogueira.

Empréstimos a estados em debate na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne para analisar 19 itens às 10h. Entre eles, o projeto de lei que torna obrigatório o sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos. Proposta que autoriza deduzir do Imposto de Renda as doações efetuadas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso também será analisada na comissão. Além de quatro pedidos de financiamento externo de governos estaduais com aval da União, os quais somam quase US\$ 300 milhões. Os empréstimos vão beneficiar projetos de combate à pobreza rural, construção de estradas e ampliação de atendimento médico.

CE analisa criação de universidade no Pará

Às 11h, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para analisar projeto que assegura a professores da rede pública acesso a cursos superiores sem necessidade de vestibular. Outra proposta em exame na comissão cria a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

CRA examina índice de produtividade rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne, às 9h30, para apreciar as emendas 2 e 3 de Plenário ao projeto que dispõe sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade das propriedades rurais. Consta também da pauta da CRA a proposta que atribui aos estabelecimentos privados e oficiais a responsabilidade pela destinação final de produtos veterinários com prazo de validade vencido, bem como de suas embalagens vazias.



Marilda de Sá, Guilherme Estrella, Fernando Collor, Ivan Simões, Edmar de Almeida e Júlio Bueno na audiência pública

"Declínio da produção justifica investimentos"

O petróleo continuará sendo importante pelo menos até 2030, quando se prevê que seu consumo diário poderá chegar a 100 milhões de barris, afirmou Guilherme Estrella com base em estudo da Agência Internacional de Energia (AIE).

Estrella explicou que a estimativa sobre o consumo mundial de petróleo faz parte de um relatório da AIE elaborado em 2006, segundo o qual, dos 100 milhões de barris/dia de petróleo a serem consumidos pelo mundo em 2030, uma parcela de 30 a 40 milhões de barris será proveniente dos campos que se encontram hoje em operação. Esses campos, de acordo com o

relatório, registram anualmente um declínio natural de produção em torno de 10%.

– Isso aponta para a dramaticidade e a agudeza do que vai caracterizar a indústria petrolífera mundial nos próximos anos. Essas empresas vão ter que descobrir campo suficiente para produzir de 60 a 70 milhões de barris por dia. Isso configura a importância fundamental da área de produção e exploração nas próximas décadas para atender à demanda mundial – afirmou.

Impacto

Antes de encerrar o debate, o presidente da CI, senador

Fernando Collor (PTB-AL), disse que o pré-sal representa um impacto na economia do país – estimativa de 30 bilhões de barris contra as reservas de 14 bilhões já conhecidas – e comunicou que mais de 800 emendas já foram apresentadas na Câmara aos quatro projetos que tratam do marco regulatório do setor.

Até o início de novembro, estão previstos três painéis para discutir os demais projetos relacionados ao marco regulatório do pré-sal: a criação da Petro-Sal (em 19/10); a instituição de um fundo social com recursos oriundos da exploração do petróleo (em 26/10); e a capitalização da Petrobras (em 6/11).

Pesquisador da FGV apresenta sugestões de reforma eleitoral

O cientista político Octavio Amorim Neto, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, apresenta hoje no Senado proposta de reforma eleitoral baseada no estudo "Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental", elaborado por ele e pelos pesquisadores Samuel de Abreu Pessoa, também da FGV, e Bruno Freitas Cortez, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para esses pesquisadores, em vez de uma reforma política "que reconstrua todo o edifício a partir da estaca zero", a reforma deveria privilegiar "medidas pontuais, cirúrgicas e refletidas".

A proposta mantém o sistema de representação proporcional com lista aberta, mas "redese-

na a geografia eleitoral" dos 12 maiores estados do país (que dispõem de 16 ou mais cadeiras na Câmara dos Deputados), visando "recortá-los" em novos distritos eleitorais. Uma das consequências esperadas a partir dessa medida é o aperfeiçoamento da representatividade política.

Outra medida sugerida pelos pesquisadores é a mudança na regra de distribuição das cadeiras da Câmara no interior das coligações eleitorais.

Promovida pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado, a palestra, com entrada gratuita, será realizada no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), às 14h30. Para se inscrever, é necessário enviar uma mensagem para conlegestudos@senado.gov.br.

Mesquita contesta declarações do ex-governador Jorge Viana

Ao registrar a recente cassação dos mandatos dos prefeitos de Acrelândia, Sena Madureira e Feijó, no Acre, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou as "declarações infelizes" atribuídas ao ex-governador do estado, Jorge Viana, e publicadas no domingo pelo jornal *A Tribuna*.

Viana teria dito não ter dúvidas de que muitos já estariam pensando que "melhor do que ganhar a eleição seria contratar um bom advogado para tirar o mandato dos candidatos vencedores" e que "os perdedores fazem motins para subornar o resultado das urnas".

Fazendo a ressalva de que há a possibilidade de o ex-governador não ter feito essas declarações, Mesquita disse que são "de pasmar" e que Viana "passa uma mensagem muito negativa, muito ruim para a população acreana".

– Motim para subornar o resultado das urnas faz quem

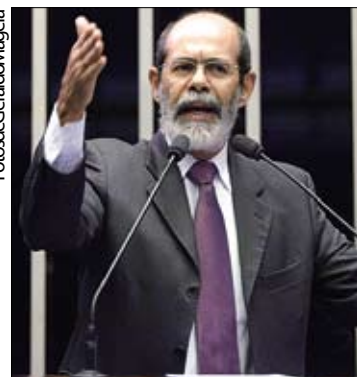


Foto: Cerebral/Megela

Senador discorda de avaliação de Viana sobre cassação de prefeitos no Acre

compra voto e faz corrupção eleitoral. Isso é que é subtrair a vontade popular. Eu diria para o governador que melhor não é procurar advogado; melhor seria realizar eleição sem comprar voto e sem corrupção eleitoral. Ele, mais do que ninguém, deveria evitar uma expressão infeliz como essa, porque, em 2002, tentaram cassar sua candidatura e foi o Tribunal Superior Eleitoral que impediu – afirmou o senador.

João Pedro pede justiça a TRE em julgamento de prefeito

O senador João Pedro (PT-AM) manifestou solidariedade ao prefeito da cidade amazônica de Itacoatiara, Antônio Peixoto, que está sendo julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), sob a acusação de compra de votos e apresentação de notas frias na prestação de contas de sua campanha. Segundo João Pedro, há no caso uma inversão de papéis, em que um candidato representante da elite local acusa Peixoto de abuso de poder econômico.

– Espero que a Justiça faça um encontro com a justiça do povo de Itacoatiara. Espero que a Justiça não encurte a história de um homem que não tinha dinheiro e que ganhou a eleição contra tudo e contra todos. Peixoto ganhou a eleição, essa é a verdade, contra o poder econômico de Itacoatiara – disse.

Na terça-feira, quatro membros do TRE-AM votaram pela



João Pedro diz que é falsa acusação contra prefeito de Itacoatiara (AM)

cassação do mandato do prefeito e apenas um votou a seu favor. Faltando dois votos, houve vista do processo. Com o placar ainda em aberto e o pedido de vista, mesmo os votos pela cassação podem ser mudados.

João Pedro também apresentou pedido de voto de pesar pelo falecimento da cantora e compositora argentina Mercedes Sosa.

Verba extra de R\$ 1 bi para ajuda aos municípios, mudanças na legislação eleitoral e nova lei de combate à pedofilia estão entre os projetos aprovados em setembro

Balanço mostra que Senado votou 208 matérias no mês

VERBA EXTRA DE R\$ 1 bilhão para socorrer os municípios; uma nova lei orgânica para a Defensoria Pública, com o objetivo de torná-la mais eficiente e próxima da população; mudanças na legislação eleitoral, garantindo a liberdade de uso da internet durante a campanha de 2010; e para combater a pedofilia, lei prevendo fechamento de hotéis ou motéis que hospeda-

rem menores desacompanhados pais ou responsáveis. Esses são alguns dos assuntos tratados pelo Senado em setembro.

O total de matérias votadas definitivamente pelo Senado no mês passado chegou a 208, revela o levantamento da Secretaria-Geral da Mesa. Foram nove os projetos enviados à sanção presidencial, 17 os mandados à Câmara dos Deputados e 97 as

propostas que foram promulgadas – destas, 15 são acordos internacionais, sete são operações de crédito e 75, concessões de telecomunicações.

Além disso, o Senado discutiu temas como a atuação do governo brasileiro na crise de Honduras, a compra de aviões de combate pelas Forças Armadas brasileiras e temas ligados à cidadania e à infraestrutura.

Matérias votadas

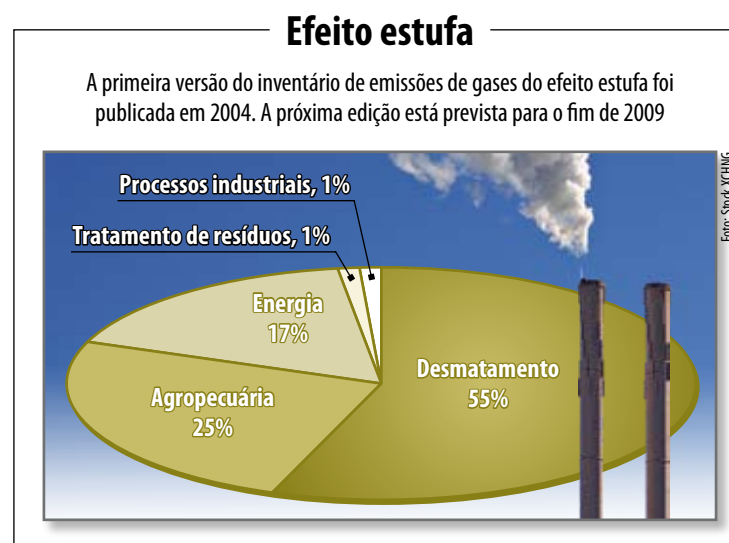
Veja algumas das principais matérias decididas terminativamente pelo Senado em setembro

Proposta	Autor	Objeto	Destino
PLV 13/09 (MP 462/09)	Poder Executivo	Libera R\$ 1 bilhão para socorrer os municípios	Voltou à Câmara
PLC 137/09 complementar	Poder Executivo	Nova lei orgânica da Defensoria Pública	Foi à sanção presidencial
PLS 255/04	CPI da Exploração Sexual	Prevê fechamento de hotéis que hospedem menores desacompanhados dos pais	Foi à sanção presidencial
PLS 314/06	Senador Gerson Camata (PMDB-ES)	Determina que documentos de cobrança contenham nome e endereço do fornecedor de produtos ou serviços	Foi à sanção presidencial
PLS 187/95	Ex-senador Júlio Campos	Dispõe sobre a identificação criminal e civil, com intuito de dificultar ocorrência de erros	Foi à sanção presidencial
PLC 141/09	Deputado Henrique Eduardo Alves	Nova legislação eleitoral. Emenda do Senado garantiu internet livre	Voltou à Câmara
PLC 74/06	Deputado Fernando Coruja	Torna mais rápida a homologação de divórcio no exterior	Foi à sanção presidencial
PLC 37/09	Deputado Paulo Rocha	Põe na categoria de ação pública condicionada, ou seja, dependente da representação da vítima, aquelas relativas a injúrias tratando de raça, cor, etnia, religião, origem, idade avançada ou deficiência	Foi à sanção presidencial
PLC 152/09	Poder Executivo	Cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Foi à sanção presidencial
PLS 52/09	Senador Demostenes Torres (DEM-GO)	Altera caput do artigo 342 do Código Penal, que prevê crime de falso testemunho e falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre procedimentos sujeitos à prática da infração	Foi à Câmara
PLS 3/08	Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	Autoriza o Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos	Foi à Câmara
PLS 220/08	Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	Altera o Código Penal para tornar crime falsificar, adulterar ou fabricar cigarros em desacordo com a legislação sanitária	Foi à Câmara
PLS 523/03	Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Propõe que a prova testemunhal seja considerada para comprovação de atividade rural, para fins previdenciários	Foi à Câmara
PLC 14/07	Deputado Fernando Pessoa	Inclui o Ceará na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)	Foi à sanção presidencial
PLC 41/00	Deputado Cunha Bueno	Estabelece regras para a guarda responsável de cães	Voltou à Câmara
PLS 108/08	Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)	Inscreve o nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria	Foi à Câmara

Comissão debate emissões e mercado de carbono

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) se reúne hoje, às 14h30, para debater três temas correlatos: a edição 2009 do inventário de emissões de gases do efeito estufa, a regulamentação do mercado de carbono e a validação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil, por meio de projetos de redução de emissões de gases poluentes. Para debater esses assuntos, foram convidados representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Todos esses temas relativos ao aquecimento global e à necessidade de implantar mecanismos para a redução dos gases poluentes e diminuir seu impacto sobre as mudanças climáticas têm por objetivo definir a posição brasileira que será levada para a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15), em Copenhague,



na Dinamarca, em dezembro. Nesse sentido, a comissão já realizou diversas audiências com os ministros da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

Em setembro, o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, informou que o novo relatório de

emissões identificou aumento de emissão de gás carbônico nos setores de energia, indústria e transportes entre 1994 e 2007 e, até a realização da conferência, terá informações mais precisas sobre o setor agrícola e florestal para embasar as decisões a serem tomadas.

Juristas debaterão na Comissão de Justiça proposta para que condenados passem por avaliação psiquiátrica, psicológica e social também antes de obterem benefícios como progressão de regime e comutação de pena

Exame criminológico poderá ser exigido para liberdade condicional

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutirá amanhã projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que prevê a exigência do exame criminológico para a progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Maria do Carmo afirma que o projeto tem por objetivo restaurar sistema anterior vigente no Brasil. Para ela, "a mera comprovação do bom comportamento carcerário pelo diretor do estabelecimento penal, como ocorre atualmente, não alcança a avaliação por técnico das áreas psiquiátricas, psicológica e social". Além disso, segundo a autora do projeto, estimula a corrupção, com a "venda" de atestados de bom comportamento carcerário.

A proposta será discutida com a ministra do Superior Tribunal de Justiça Maria Thereza Moura; com o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Sérgio Salomão Shecaira; com o jurista Miguel



Maria do Carmo: comissão de técnicos faria exame do caso

Reale Júnior; com o ex-secretário nacional Antidrogas da Presidência da República e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Wálter Fanganiello Maierovitch e com o ex-secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo Nagashi Furukawa.

O projeto (PLS 190/07) altera a Lei de Execução Penal para determinar que a decisão sobre progressão de regime, livramento condicional, indulto e comuta-

ção de pena será precedida do exame criminológico, quando necessário, e de parecer da Comissão Técnica de Classificação. O texto em vigor prevê que a decisão sobre progressão de regime será precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

De acordo com a lei, cabe à comissão técnica, que classifica os condenados segundo os seus antecedentes e personalidade, elaborar o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. O projeto determina que a comissão terá também a atribuição de acompanhar a execução do programa, "devendo propor à autoridade competente as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões".

Progressão

O PLS 190/07 prevê ainda que a progressão da pena – a transferência para regime menos rigoroso – será determinada pelo juiz quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior (o que já é previsto pela Lei de Execução Penal) e quando "o seu mérito indicar a progressão" – o que é uma norma nova. A lei em vigor estabelece que a progressão ocorrerá quando o preso "ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento (...)". Isso é suprimido pelo projeto da senadora.

O relator da matéria na CCJ é o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Os requerimentos para o debate, previsto para começar às 9h na sala 3 da Ala Alexandre Costa, foram apresentados pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O projeto receberá decisão terminativa na CCJ.

Comissão debate serviço de televisão comunitária

O serviço de televisão comunitária, estabelecido em projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES), será tema de debate que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizará amanhã, às 8h30, a pedido do relator, Lobão Filho (PMDB-MA).

O projeto (PLS 483/08) altera a Lei 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para prever também o serviço de televisão comunitária. Pela proposta, o poder público designará, em âmbito nacional, pelo menos dois canais de operação de serviço de radiodifusão de sons e imagens, sendo um em VHF e outro em UHF, para utilização do serviço de televisão comunitária por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos.

A proposta garante a reserva de canais digitais no Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre para as iniciativas comunitárias. A autorização para o serviço terá validade de 15 anos, podendo ser renovada pelo mesmo período, desde que cumpridas as normas legais. As entidades que tiverem essa autorização poderão firmar acordos para o compartilhamento de infraestrutura para a transmissão da programação.

Na justificativa do projeto, Renato Casagrande afirma que, "com cobertura restrita e sem fins lucrativos, as emissoras de radiodifusão comunitária desempenham importante função social na vida das pequenas comunidades do interior ou dos bairros das grandes cidades, levando aos segmentos abrangidos informações de seu ambiente e de sua realidade".

Diante da importância social desse serviço e da possibilidade de expansão de tais experiências para o formato televisivo no ambiente digital, o senador resolveu apresentar o projeto que será discutido na CCT. Caberá à comissão a decisão terminativa (ou seja, sem necessariamente ir a Plenário) sobre a matéria.

Foram convidados para a audiência pública na comissão o consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara; o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian; o conselheiro e ex-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Paulo Machado de Carvalho Neto; e o coordenador-executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), José Luiz Nascimento Soter.

Projeto institui sessões plenárias administrativas no Senado

A CCJ deve votar amanhã texto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em substituição a projeto que altera o Regimento Interno para instituir sessões deliberativas administrativas no Senado. Pela proposta, a reunião aberta terá como objetivo apresentar relatório da situação administrativa e debater temas relacionados à gestão da Casa.

Autor do projeto (PRS 26/09), Pedro Simon (PMDB-RS) propõe a instituição de sessão administrativa do Senado, a ser realizada na última semana de cada mês, visando definir as matérias que irão compor a ordem do dia do mês seguinte e tratar de assuntos envolvendo a administração da Casa.

Com as mudanças sugeridas pelo relator, a reunião administrativa ocorrerá uma vez a cada trimestre ou a requerimento de um décimo dos senadores e será restrita a assuntos administrativos e de gestão do Senado, incluindo autorização para realização de obras na Casa e viagens de senadores e servidores ao exterior. A pauta será proposta pela Comissão Diretora e incluirá assuntos sugeridos pelos líderes ou por um décimo da composição da Casa.

Além dos senadores, poderão participar das reuniões, que serão públicas, o diretor-geral do Senado, dirigentes dos órgãos de assessoramento superior e outros diretores, a critério da Mesa.

Salários

Entre os 48 itens que devem ser examinados pela CCJ na reunião de amanhã, está também o projeto de resolução (PRS 24/09) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que obriga o Senado e seus órgãos supervisio-



Simon, autor da proposta, quer sessões mensais



Relator, Jereissati propõe reuniões trimestrais

nados a divulgarem anualmente, por meio do *Diário do Senado Federal* e do Portal da Transparência da Casa, relação dos nomes dos servidores com os respectivos cargos, além de tabela com a remuneração relativa

aos cargos existentes. Mas não será admitida a divulgação que identifique a remuneração individual.

Pela proposta, a relação será acompanhada de demonstrativos com o número de servidores ativos e inativos, a composição percentual do quadro de acordo com as faixas de remuneração e a despesa total com o pagamento desses servidores.

Cargos em comissão

A CCJ deve votar também a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a estruturação da secretaria-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e para as atividades de apoio ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

De acordo com o PLC 161/09, do Executivo, já aprovado pela Câmara dos Deputados, serão criados 13 cargos para a secretaria-executiva da Camex: dois DAS-5, três DAS-4, três DAS-3 e cinco DAS-2. O impacto orçamentário da medida é estimado em R\$ 983 mil por exercício.

Já para apoio ao conselho das ZPEs serão criados oito cargos: um DAS-5, dois DAS-4, quatro DAS-3 e um DAS-1. A estimativa de custo é de R\$ 1,61 milhão em cada exercício.

Na mesma reunião, a CCJ deve examinar proposta de emenda à Constituição (PEC 41/07) do senador Valter Pereira (PMDB-MS) que determina que a pensão por morte não poderá ser inferior ao valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito na data de seu falecimento.

Prêmio Bertha Lutz recebe indicações

Entidades governamentais e da sociedade civil de todo o país têm até 1º de novembro para indicarem candidatas à 9ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Serão agraciadas cinco mulheres de

diferentes áreas que tenham se destacado na defesa dos direitos da mulher. A premiação será em março de 2010 em sessão especial do Senado, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

As indicações devem ser encaminhadas à Mesa do Senado, com o currículo da candidata e justificativa para a sugestão. Um conselho formado por senadores fará a escolha, entre as indicadas, das premiadas.

Mais informações podem ser obtidas pela internet na página www.senado.gov.br/web/comunica/bertha_lutz/, pelo email scop@senado.gov.br ou pelos telefones (61) 3303-4561 e 3303-5255.

Comissão reexamina critérios para definição de propriedade produtiva



Serys Slhessarenko propõe duas emendas para alterar projeto sobre reforma agrária



Parecer de Kátia Abreu rejeita emendas e mantém seu substitutivo, já acatado na CRA



Lúcia Vânia é autora do projeto que visa regulamentar dispositivos constitucionais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve votar hoje duas emendas de Plenário ao projeto que atualiza os índices de produtividade rural. Estão em questão os critérios a serem usados na definição do que é uma propriedade produtiva e de que forma os índices de produtividade gerados a partir desses critérios serão atualizados.

A proposta (PLS 202/05) de Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovada na comissão no final de junho, altera a Lei 8.629/93, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. O projeto – examinado em decisão terminativa na CRA e aprovado na forma de substitutivo elaborado por Kátia Abreu (DEM-TO) – seguiria para a Câmara dos Deputados, mas Serys Slhessarenko (PT-MT) interpôs recurso para apreciação do projeto pelo Plenário, onde apresentou as emendas. O parecer da relatora Kátia Abreu é pela rejeição das alterações propostas pela senadora mato-grossense.

O substitutivo, entre outras modificações, delega ao Congresso a competência para aprovar os parâmetros, índices e indicadores que vão embasar esse conceito de produtividade.

Serys propõe, em uma das emendas, não permitir que o “grau de ociosidade da terra seja excluído do conceito de produtividade”. Tal exclusão, feita no texto aprovado pela CRA, segundo ela, “atenta contra a Constituição, que prevê a função social da terra”.

Quando o projeto foi aprovado em primeiro turno na comissão, em junho, Kátia Abreu considerou “retrógrada” a exigência do critério do grau do uso da terra na determinação dos índices de produtividade simultaneamente ao

critério de eficiência, que foi mantido na lei.

Na outra emenda, Serys pede a supressão da proposta de atribuir ao Congresso a competência para atualização dos índices de produtividade da terra pra fins de reforma agrária. Na avaliação Serys, a alteração de índices precisa ser realizada apenas por órgãos especializados. Kátia Abreu justifica a rejeição da emenda dizendo que restringir a definição dos índices de produtividade ao órgão competente, ou seja, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), “significaria menos cuidado técnico e menos participação na definição dos instrumentos de desapropriação de terras”, e “excluiria o Parlamento do debate sobre a questão agrária”. Ainda de acordo com Kátia Abreu, na prática, as duas emendas anulariam uma das principais mudanças que o PLS 202/2005 pretende fazer na lei agrária, que é o compartilhamento da decisão sobre a atualização dos índices de produtividade.

A CRA deve examinar também hoje projeto (PLS 316/09) de Gilberto Goellner (DEM-MT) que altera o Estatuto da Cidade para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural.

Comissões votam financiamentos externos, criação da Previc, destinação final de produtos veterinários, revalidação de diplomas e indicadores de produtividade rural



Garibaldi Alves (à dir., ao lado de Delcídio Amaral) presidirá reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos

Empréstimos para estados na pauta da CAE

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinará hoje, a partir das 10h, uma pauta com 17 itens, sendo quatro deles pedidos de financiamento externo de governos estaduais com aval da União, os quais somam quase US\$ 300 milhões. Os empréstimos vão beneficiar projetos de combate à pobreza rural, construção de estradas e ampliação de atendimento médico.

O maior deles, de US\$ 158,6 milhões, será tomado pelo governo do Ceará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para execução da terceira fase de um programa de asfaltamento e recuperação de rodovias. Um segundo empréstimo, de US\$ 77 milhões, também será destinado ao Ceará, oferecido pelo BID, e se destina a financiar a expansão da assistência médica especializada no estado.

O terceiro financiamento autoriza a União a conceder aval ao estado do Rio de Janeiro para assinar empréstimo de US\$ 39,5

milhões com o Banco Mundial, que bancará parcialmente um projeto de desenvolvimento rural sustentável. O quarto empréstimo, também do Banco Mundial, destinará US\$ 20,9 milhões à Paraíba, beneficiando um programa destinado a reduzir a pobreza rural.

Consta ainda da pauta da CAE projeto de resolução (PRS 62/09) modificando resolução que trata do endividamento da União, dos estados e dos municípios. Pela proposta, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), estados e municípios que pedem autorização para assinar novos financiamentos só devem apresentar comprovação de adimplência no ato da assinatura do empréstimo. Hoje, o documento é apresentado quando tem início o processo burocrático do pedido, às vezes meses antes da assinatura final. Jucá argumenta que, com a mudança, estados e municípios terão mais tempo para resolver problemas de inadimplência.

Criação da Previc volta a análise de comissão

Retornou à pauta da CAE, depois de quase dois meses de um pedido coletivo de vista, o projeto (PLC 136/09) que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), encarregada de fiscalizar e supervisionar os fundos de pensão e aprovar estatutos e convênios. A Previc substituirá a atual Secretaria de Previdência Complementar, subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

O governo chegou a criar a Previc em 2004, por medida provisória, mas o Senado não votou a proposta, a qual perdeu eficácia em junho de 2005. O Palácio do Planalto enviou no ano passado ao Congresso projeto com a mesma finalidade, que foi aprovado no final de junho último pelos deputados e agora se encontra sob exame dos senadores. Os funcionários da atual Secretaria de Previdência Complementar serão transferidos para a Previc, que terá plano de carreira e salários mais atraentes.

Destinação de produto veterinário vencido

O projeto de lei que atribui aos estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais e entidades congêneres a responsabilidade pela destinação final de produtos veterinários com prazos de validade vencidos, bem como de suas embalagens vazias, será votado na reunião de hoje, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A proposição (PLS 134/07),

do ex-senador Jonas Pinheiro, altera o Decreto-Lei 467/69, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam.

Na justificativa do projeto, Jonas Pinheiro observou que, embora o decreto-lei contenha regulamentação detalhada e abrangente sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, não faz referência à disposição de embalagens vazias e de

produtos tornados impróprios para o uso.

“Os problemas de poluição ambiental, de ameaça potencial à saúde de humanos e animais pela reutilização das embalagens ou ingestão de produtos tóxicos merecem maior atenção das autoridades, inclusive pelo aumento da utilização de produtos de uso veterinário, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas”, argumentou o Jonas Pinheiro na justificativa.

Revalidação de diploma em pauta na CE

O projeto que define os critérios para a revalidação no país de diplomas e títulos acadêmicos expedidos no exterior é um dos 19 itens em exame hoje pela Comissão de Educação (CE). A decisão se limitará a

emendas inseridas pela Câmara na proposta (PLS 498/03) de Serys Slhessarenko (PT-MT). Os senadores pediram vista coletiva do relatório de Marina Silva (PT-AC). A matéria seguirá depois para a Mesa, podendo ser

designada nova comissão para exame ou encaminhamento ao Plenário, para decisão final.

O PLC 97/09, com voto favorável de Romeu Tuma (PTB-SP), sobre data de divulgação de lista de material escolar, também

será analisado pela CE. Outra proposta em pauta (PLC 179/09) prevê a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Já aprovado pela Câmara, o texto recebeu voto favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Senadores enaltecem papel do texto de 1988 para a consolidação da democracia, conquista de direitos sociais e construção da estabilidade econômica

Há 21 anos era promulgada a Constituição Cidadã

O BRASIL DE hoje é resultado do trabalho realizado pelos constituintes 21 anos atrás. Essa é a opinião dos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Paulo Paim (PT-RS), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), que falaram ao programa *Entrevista Especial*, da Rádio Senado, sobre a promulgação da Constituição federal, em 5 de outubro de 1988.

Os quatro parlamentares atuaram como constituintes e hoje destacam avanços verificados no país desde então. A Carta, dizem eles, foi a base para a construção de um país mais democrático, mesmo já tendo sido alterada 58 vezes nesses 21 anos de vigência. Atualmente, tramitam no Senado 384 propostas destinadas a emendar a Constituição federal. Na Câmara, são 934 propostas com esse fim.

Líder do PFL – partido que se transformou no atual Democratas – no Senado à época da Constituinte, Marco Maciel diz que o mais importante daquele momento foi a transição democrática sem traumas vivida pelo Brasil. O país, observou ele, deixou de ser uma democracia relativa para ser um regime livre.

– Sob o ponto de vista simbólico, isso teve uma força muito grande. Hoje, ninguém discute mais no Brasil a estabilidade política. A liberdade hoje é exercitada em toda sua intensidade.

Maciel se referiu ao grande contraste entre a situação de aguda inflação vivida naquela época e a estabilidade monetária usufruída pelo país hoje. Para o senador, o Brasil avançou e continuará avançando para situar-se entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

–Tínhamos problemas econômicos muito graves, como a inflação e os constrangimentos externos decorrentes da moratória, que teve um impacto



Em 5 de outubro de 1988, o deputado Ulysses Guimarães anuncia: “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”

muito maior do que se esperava. Hoje, o Brasil convive com taxas baixas de inflação, que não chega a 5% ao ano e isso se deve ao Plano Real. Ainda convivemos com muitas assimetrias entre estados e regiões, mas o país cresce de forma integrada. As disparidades estão sendo reduzidas. Ainda não estamos no nível dos países europeus, mas avançamos.

Mobilização

Com o mesmo otimismo falou o senador Paulo Paim, que chegou a Brasília com a incumbência a ele delegada pelos trabalhadores do Rio Grande do Sul de lutar para inserir o maior número possível de garantias sociais na Constituição. Paim disse que o mais marcante naquele momento foi a mobilização da sociedade.

– Nós tínhamos as ruas cheias, em caminhadas, passeatas, exigindo que a Constituição fosse progressista, soberana e que fortalecesse as cláusulas sociais. Vi milhares de pessoas buscando avanços na nova Constituição. Votar os capítulos da ordem

social, previdência, seguridade social, redução da jornada de trabalho, reforma agrária, tudo isso foi marcante.

Para Paulo Paim, o texto aprovado 21 anos atrás estava além do seu tempo e foi o mais eficaz para a construção do país de hoje. Na opinião do senador gaúcho, muitas das mudanças impostas à Constituição, nos últimos anos, serviram mais para suprimir que para ampliar direitos sociais. Sobre a estabilidade econômica, ele diz que ela é fruto do trabalho dos constituintes.

– Eu sempre discordei dos governantes que diziam que o país não ia bem porque a Constituição engessou a economia. Sempre considerei isso um equívoco. A Constituição, pelo contrário, abriu mais espaço para todos, trabalhadores, empregadores, empreendedores. Ela contribuiu e muito para o momento bonito que estamos vivendo agora, sob a orientação de um operário na presidência da República, com uma democracia sólida, uma economia estável e uma inflação sob controle – afirmou

Paulo Paim.

Liberdade

O senador Neuto de Conto também vê na Constituição a realização das expectativas de liberdade de todos os brasileiros.

–O país vinha de um processo ditatorial, e a sociedade estava ansiosa para ver a liberdade democrática, a liberdade de imprensa, a liberdade sindical. A Assembleia Constituinte trazia em seu bojo nova esperança para o país. E isso nos deu a oportunidade de conduzir essas reformas, que trouxeram um conhecimento fantástico, uma abertura fantástica para o Brasil, tanto no mercado interno como no externo.

Na opinião de Neuto de Conto, embora eficaz, a Constituição ainda pode ser emendada para avançar em preceitos que ainda não foram concluídos. Os maiores avanços, na visão dele, foram os sociais. Mas a democracia plena, no seu entender, fez com que o Brasil seja hoje conhecido por seus avanços e pela capacidade de tornar-se

uma das dez maiores potências do mundo.

– Tivemos um crescimento do PIB [produto interno bruto] de 565% nesses 21 anos. A nossa economia teve um crescimento de tal ordem que é inegável o papel fundamental da Constituição nesse processo, principalmente pela abertura que trouxe.

Democracia

Osvaldo Sobrinho também aponta a transição democrática como o maior ganho que a Constituição trouxe para a sociedade brasileira.

–Tivemos ali a oportunidade de fazer a travessia entre o Brasil que estava sufocado e o Brasil que queria renascer. A Assembleia Nacional Constituinte foi um marco decisório para a vida de todos nós, brasileiros. Ela nos deu a esperança de que poderíamos reconstruir o país a que todos almejávamos. Era um momento de utopia, em que podíamos converter nossas vontades em realidade. Não só para mim, mas para todos os brasileiros, foi o ponto alto da construção de um país justo.



Maciel considera que país avançou política e economicamente com a nova Constituição



Paim recorda a intensa mobilização popular, que garantiu o enfoque social do texto constitucional



Para Neuto de Conto, democracia plena permitiu que economia crescesse 565% desde 1988



Osvaldo Sobrinho: Constituinte foi “marco decisório para a vida de todos os brasileiros”

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Nery • Papaléo Paes • Paulo Paim • Eduardo Suplicy • João Pedro

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vídgal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Sarney quer modernizar a Constituição

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou ontem nota à imprensa comentando os 21 anos de promulgação da Constituição brasileira. Sarney destacou que o capítulo dos direitos humanos e das garantias individuais é um avanço, mas criticou o texto constitucional com relação a questões políticas e administrativas, dizendo que ele precisa ser modernizado. Abaixo, a íntegra da nota do presidente do Senado.



"Constatação de imperfeição se dá pelo fato de já termos 58 emendas promulgadas e quase 1.500 em tramitação"

"AVANÇOS SOCIAIS, RETROCESSO POLÍTICO"

"Fui o primeiro a jurar e defender a Constituição, mas nem por isso deixei de ser um crítico da Constituinte, que, tendo por missão fazer uma Carta voltada para o futuro, fez capítulos voltados para o passado. A Constituição é muito boa no capítulo dos direitos humanos e garantias individuais, fez gran-

des avanços nos direitos sociais, mas, do ponto de vista político e administrativo, é um retrocesso. Híbrida, é parlamentarista e presidencialista.

A constatação de sua imperfeição se dá pelo fato de já termos 58 emendas promulgadas e quase 1.500 em tramitação no Senado e na Câmara. Acredito

que temos à frente um encontro marcado para adaptá-la aos tempos modernos e torná-la uma Constituição sem os defeitos da atual. As conquistas alcançadas, porém, nos direitos sociais propostos por mim na sua convocação, não deixam de ser um avanço e motivo de comemoração", diz a nota de Sarney.

Sadi Cassol destaca crescimento do Tocantins

O senador Sadi Cassol (PT-TO) comemorou ontem, em Plenário, o aniversário de 21 anos da criação do Tocantins. O estado foi criado em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição, sendo o mais novo dos 26 da Federação.

De acordo com Sadi Cassol, vivem hoje no Tocantins 1,2 milhão de habitantes, em um território de 277.620,914 quilômetros quadrados. Entre a população, há 10 mil indígenas, ocupantes de reservas que totalizam 2 milhões de hectares. A taxa anual média de crescimento do produto interno bruto (PIB), entre 2002 e 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),



Sadi Cassol aponta "enormes potencialidades" do estado

foi de 6,64%. O PIB em 2006 alcançou R\$ 9,6 bilhões.

Sadi Cassol destacou ainda a 15ª posição alcançada pelo estado com relação ao índice de desenvolvimento humano

(IDH), de acordo com dados de 2005 registrados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

– Temos grandes desafios pela frente, mas sabemos das nossas enormes potencialidades e do povo laborioso que habita nosso estado. Estamos de portas abertas para quem quer trazer investimentos e trabalhar neste grande projeto que é o fortalecimento desse estado – disse o senador.

Sadi Cassol acrescentou que no Tocantins o empreendedor encontrará todas as condições naturais favoráveis ao agronegócio e disse ser testemunha de que o estado é um local bom para morar e investir.

Papaléo diz que o Amapá é "joia rara"

Papaléo Paes (PSDB-AP) saudou ontem os 21 anos da transformação do território do Amapá em estado. Ele afirmou que o estado "se apresenta à nação como uma joia rara, como um diamante bruto pronto para ser lapidado e preparado para desenvolver suas potencialidades, que não são poucas".

Entre essas potencialidades, o parlamentar destacou as turísticas, citando os 3,8 milhões de hectares do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque e a hospitalidade e generosidade do povo; e as econômicas, ressaltando a proximidade geográfica com a Guiana Francesa, o Caribe e a América do Norte.



Papaléo: autonomia financeira e administrativa foi sonho dos pioneiros

Papaléo Paes lembrou que a autonomia financeira e administrativa sempre foi um sonho dos pioneiros do Amapá e citou vários expoentes da história do

estado, como os governadores do então território Janary Gentil Nunes, Amílcar Pereira, Jorge Nova da Costa e os governadores eleitos Aníbal Barcellos, João Capiberibe e Waldez Goes. Ressaltou também que a transformação em estado garantiu ao Amapá a representação no Senado e aumentou sua representação na Câmara dos Deputados de dois para oito parlamentares.

Papaléo Paes também mostrou o relatório de 1.272 páginas sobre as atividades de algumas comissões do Senado em setembro, para enfatizar o grande volume de trabalho desenvolvido pelos senadores.

"O Brasil perdeu o controle sobre sua embaixada"

Uso político da representação em Honduras é criticado por Eduardo Azeredo, presidente da Comissão de Relações Exteriores: "Quem manda é Zelaya e sua turma"

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), voltou a criticar ontem, em entrevista à Agência Senado, o que chamou de uso político da embaixada do Brasil em Honduras. Para Azeredo, a reportagem exibida nesse domingo pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, que mostrou o cotidiano do presidente deposto Manuel Zelaya e de seus seguidores, foi constrangedora para a democracia brasileira.

– O Brasil perdeu o controle sobre sua embaixada. Quem manda é Zelaya e sua turma. Isso é inadmissível. Nossa soberania foi entregue – disse Azeredo.

Entre as cenas que considerou constrangedoras, o senador citou as que mostram que a embaixada vem recebendo policiamento paramilitar, em vez de ser protegida por seguranças oficiais.

– Isso é uso político. O Brasil tem que exigir a retirada dessas pessoas – afirmou.

A deposição de Zelaya da presidência de Honduras, que passou a ser ocupada por um



Para Azeredo, reportagem exibida pelo *Fantástico* constrange o Brasil

governo interino liderado por Roberto Micheletti, completa cem dias nesta semana. A crise se intensificou após a volta de Zelaya ao país, em 21 de setembro. O Brasil abrigou o presidente hondurenho, segundo afirmou ao Senado o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, porque seria consenso na comunidade internacional que a retirada do presidente configurou um golpe de Estado.

Azeredo sugeriu à diplomacia brasileira que deixe o comando das negociações a cargo da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Senado faz seminário sobre relações dos EUA com Brasil

O Senado promoverá no próximo dia 15, em cooperação com a embaixada americana e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o seminário "As relações dos EUA com a América Latina: parcerias estratégicas com o Brasil, estabilidade regional e políticas de defesa". O evento será realizado às 14h30, no auditório do ILB, Anexo V, do Senado Federal.

O convidado é o diretor do Programa das Américas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), Peter DeShazo. Entre os temas a ser abordados, estão a posição dos Estados Unidos sobre petróleo, biocombustíveis, compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira (FAB) e o conflito em Honduras.

Como membro do corpo diplomático dos Estados Unidos, DeShazo serviu como subsecretário-assistente para o hemisfério ocidental e atuou nas embaixadas e consulados dos Estados Unidos em países como Bolívia, Chile, Colômbia, Panamá, Venezuela e Israel.

Os interessados em participar do seminário devem enviar e-mail para o endereço eletrônico conlegestudos@senado.gov.br, com o assunto "Seminário embaixador DeShazo", informando nome e instituição de ensino ou grupo de trabalho a que pertence. A confirmação da inscrição também será respondida via e-mail. As vagas são limitadas. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-5880.

Senadores lembram na quinta o fim da Guerra do Contestado

O Plenário do Senado lembra, nesta quinta-feira, às 14h, durante a sessão plenária deliberativa, o fim da Guerra do Contestado. O conflito ocorreu no sul do Brasil, entre outubro de 1912 e agosto de 1916, envolvendo cerca de 20 mil camponeses, que enfrentaram

forças militares numa área de disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina – denominada região do Contestado.

A solicitação para a realizar a sessão partiu do senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Uma das causas da guerra do Contestado foi a desapropria-

ção de terras de camponeses por causa da construção de uma estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul.

A obra foi realizada por uma empresa norte-americana – a Brazil Railway Company – com apoio dos chamados coronéis, que eram grandes proprie-

tários de terra, e também do governo. Devido a essa construção, foram desapropriados 6.696 quilômetros quadrados de terras (equivalentes a 276.694 alqueires), resultando na expulsão de milhares de famílias de camponeses, o que gerou desemprego e revolta

na região.

Outra causa desse conflito foi a compra de uma grande área daquela região por um grupo de pessoas ligadas à construtora da estrada de ferro. Na propriedade, foi implantada uma empresa madeireira voltada para a exportação.

Para senador, diante dos custos de R\$ 26 bilhões das Olimpíadas de 2016, no Rio, Lula "não tem mais autoridade" para negar verbas para saúde, educação e segurança

Alvaro: governo não pode mais dizer que falta dinheiro

A ESCOLHA DA cidade do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016 foi comemorada por Alvaro Dias (PSDB-PR). No entanto, o senador disse que o evento custará R\$ 26 bilhões aos cofres públicos. Ele disse que, agora, o governo "perde a autoridade para afirmar que não tem dinheiro para eliminar o caos que reina nos hospitais", para melhorar a educação e para combater a violência urbana.

Alvaro observou que o Rio de Janeiro "ganhou o presente imediatamente, mas quem pagará a conta é o restante do país". Ele afirmou que o presidente Lula "anuncia espetaculosamente projetos que os outros terão de executar", já que o presidente será outro daqui a 15 meses.

O senador leu trechos de editorial de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título "Samba Exaltação", o qual lembra que Lula afirmou, logo após a escolha do Rio de Janeiro, que o Brasil "deixava de ser um país de segunda classe e ganhava



Rio "merece o presente", mas todo o país pagará a conta, diz Alvaro

cidadania internacional". Conforme o editorial, números sobre qualidade de ensino e saúde, e os fatos de que metade dos brasileiros não têm acesso a redes de esgoto e de que mais de 6 milhões de pessoas vivem em favelas não corroboram a afirmativa do presidente.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN), que também apoiou a escolha do Rio como sede das Olimpíadas, disse que o PIB *per capita* do brasileiro – de US\$ 9.500, número abaixo dos

vizinhos Chile, Argentina, Venezuela e Uruguai – e o índice de desenvolvimento humano (IDH) do país – 75º colocado no *ranking* mundial – "também não confirmam que o brasileiro tenha passado a ser cidadão de primeira classe".

João Pedro (PT-AM) ressaltou que o governo "popular e de esquerda" do presidente Lula apresenta grandes conquistas contra a pobreza. Alvaro discordou de que o governo Lula seja de esquerda, e disse que ele segue a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, "que o PT tanto criticou".

Alvaro ainda condenou a intenção do governo de limitar o alcance das medidas de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União. "O Congresso deve dar todo apoio ao TCU, pois este é o caminho para reduzir a corrupção na execução de obras no país. Temos de aparelhar o TCU sim, mas com fiscais concursados", concluiu.

Suplicy destaca escolha do Rio de Janeiro para sediar Olimpíadas

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua satisfação com a escolha do Rio de Janeiro como a primeira cidade sul-americana a sediar as Olimpíadas.

Para o senador, isso ocorreu porque "hoje o Brasil é uma nação politicamente pacificada, democratizada e, principalmente, porque tem a força de uma economia estável e de um governo democrático". A escolha, segundo ele, retrata "a confiança que a comunidade internacional tem no Brasil de hoje e no seu potencial de crescimento".

Suplicy enfatizou o esforço conjunto de todos os que lutaram pelo Rio e destacou a importância da comitiva brasileira, parabenizando o presidente

Lula por seu discurso. Afirmou que os jogos de 2016 "serão uma injeção de investimentos em todos os sentidos".

– As realizações, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos, em 2016, serão verdadeiras alavancas de projeção de nosso país nos campos econômico, social, cultural e político. O respeito pelo Brasil crescerá ainda mais, na medida em que realizarmos as obras de infraestrutura planejadas dentro dos calendários propostos, com atenção especial para o urbanismo e o meio ambiente – ressaltou.

O senador ainda destacou o anúncio do *ranking* do índice de desenvolvimento humano (IDH),



Suplicy: decisão retrata a confiança da comunidade internacional no Brasil

calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Embora o índice brasileiro tenha subido, de 0,807 para 0,813, o país ocupa o mesmo 75º lugar do ano anterior. Suplicy propôs que o país tenha como meta chegar a 2016 com uma significativa melhora do IDH, eliminando a pobreza absoluta e o analfabetismo.

Cristovam pede que evento não seja um "circo"

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ao presidente da República que utilize o mesmo carisma e força de convencimento que conseguiram para o Brasil o direito de sediar as Olimpíadas de 2016, para estabelecer um "pacto olímpico", aproveitando a força dos jogos para que vários governos levem adiante projetos garantindo escola em tempo integral a todas as crianças; para erradicar o analfabetismo adulto; e para o estabelecimento do piso salarial de R\$ 950 para os professores de escolas públicas.

Cristovam também sugeriu que o pacto garanta que as Olimpíadas serão feitas sem aumentar o déficit público nem a inflação. Ele afirmou que seria uma enganação o governo financiar as Olimpíadas no Rio à



Cristovam pede que Olimpíadas sejam feitas sem aumento do déficit público

custa de uma redução nos gastos com segurança, educação, saúde e no transporte urbano das outras cidades.

– Nós não queremos uma Olimpíada que seja apenas circo, como os romanos já faziam há mais de 2 mil anos para manter o povo quieto, calado, con-

tente, iludido. Nós queremos um evento do qual ninguém se arrependa – afirmou.

O pacto seria também para tornar o país "protagonista no número de medalhas". O senador salientou que, para isso, é preciso começar agora a identificar os talentos esportivos e investir neles.

– O lugar de identificar e investir, num primeiro momento, é a escola. O governo que foi capaz de liderar o Brasil para ser a sede tem que ser capaz de liderar o Brasil para trazer as medalhas. E eu temo que isso ainda não esteja nas preocupações. O que vão dizer, lá fora, quando souberem que o país que é capaz de fazer Olimpíadas não tem quadras esportivas nas suas escolas públicas? – questionou.

Paim lamenta morte da cantora argentina Mercedes Sosa

O falecimento da cantora argentina Mercedes Sosa, no domingo, aos 74 anos, foi lamentado por Paulo Paim (PT-RS). O senador elogiou as trajetórias pessoal, política e artística de Mercedes Sosa, enfatizando a luta da cantora pela democracia e pela integração da América Latina. Paim também encaminhou requerimento de voto de pesar pela morte.

– Mercedes, La Negra Sosa, foi, quem sabe, a voz latino-americana mais importante a lutar contra os regimes ditatoriais e contra o desrespeito aos direitos humanos. Sua voz e o seu desejo de justiça não conheciam fronteiras, não conheciam alambrados e nem porteiros fechados – afirmou.

O senador lembrou que Mercedes Sosa foi perseguida e censurada durante a ditadura argentina, tendo de exilar-se em Madrid, na Espanha.

– Gracias, Mercedes Sosa, por esparramar a sua sabedoria pelos quatro cantos do planeta. Gracias, La Negra, pelo seu amor ao próximo, pelo seu amor à terra, à água, ao ar, ao fogo e à humanidade – disse.

Projeto

Paim também comentou o projeto de sua autoria que cria o programa Cantando as Diferenças, e que aguarda aprovação na Câmara dos Deputados.

O objetivo do projeto, explicou o senador, é dar destaque a ações que evidenciam a pluralidade de manifestações culturais, sociais e individuais



"Voz e desejo de justiça de Mercedes não conheciam fronteiras"

da população brasileira.

O Cantando as Diferenças busca o reconhecimento político das diferenças por meio de uma ampla articulação entre o governo municipal e a comunidade, de forma dar espaço político a setores da sociedade "historicamente discriminados", disse Paim.

Dentre as ações promovidas pelo projeto, destacou, estão atividades culturais e de formação e capacitação de professores da rede pública, seminários, palestras e cursos sobre temáticas relacionadas a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, questões raciais e de gênero, religiões, meio ambiente, direitos humanos, imigrantes e quilombolas.

Lançado em Gravataí (RS), em 2004, o projeto já tem parceria com 302 municípios do Rio Grande do Sul. O Cantando as Diferenças tem, ainda, uma parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para divulgar a Campanha da Fraternidade.

Agripino homenageia memória do padre Américo Simonetti

Em nome da bancada do Rio Grande do Norte no Senado, José Agripino (DEM-RN) prestou homenagem ao padre Américo Simonetti, falecido na madrugada de ontem, em Mossoró (RN). O senador requereu a manifestação de voto de pesar pelo Senado e o envio de condolências à família e à população mossoroense.

– Minha cidade natal, Mossoró, está de luto porque uma das mais eméritas figuras da cidade faleceu – disse.

Agripino lembrou que o padre Américo participou de movimentos progressistas da Igreja Católica, e criou a Juventude Agrária. Participou, ainda, da criação da Rádio Rural de Mossoró e incentivou a tradicional procissão de Santa Luzia, padroeira da cidade.

– Ele foi o criador da Rádio Rural de Mossoró, não pela vaidade de criar uma rádio, mas para ter um instrumento de comunicação com as pessoas a quem ele queria ajudar, como pastor, como pregador



Uma das figuras mais eméritas de Mossoró faleceu, afirma Agripino

da fé e como o transmissor de ideias e de ações voltadas para melhorar a vida do povo – afirmou o senador.

Ordenado padre em 1956, Américo Vespúcio Simonetti foi vigário de Assu (RN), sua cidade natal, e diretor do Colégio Estadual JK. Trabalhou na Rádio Rural de Caicó e no *Jornal Regional*. Tinha 79 anos e vinha lutando contra um câncer no estômago. O padre será enterrado hoje, em Assu, informou Agripino.